

PARA ALÉM DE NÚMEROS: A INFLUÊNCIA DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS NA FORMAÇÃO DOS PLANTÉIS MINEIROS, ZONA DA MATA c.1809- c.1830

Fábio Wilson Amaral Pinheiro
Mestre em História Social (PPGHIS-UFRJ)
pinheirohis@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como proposta analisar o perfil demográfico da escravaria residente na Zona da Mata mineira nos primeiros decênios do século XIX. Alicerçado em recentes resultados, este trabalho tentará esclarecer o papel do tráfico atlântico de escravos na reprodução física dos plantéis desta região. Para além, as reflexões esplanadas no artigo pretendem, dentro dos limites de nossa pesquisa, vir a contribuir para uma discussão que há quase trinta anos tem ecoado pelos corredores das principais academias não só de Minas Gerais, como também do Brasil, qual seja: *a forma pela qual a população escrava mineira se reiterou ao longo do século XIX*.

Palavras-chave: Zona da Mata mineira, demografia escrava, tráfico de escravos.

Abstract: The purpose of this brief article has been to emphasize the demographic profile of the slave population that lived in Zona da Mata Mineira, in the beginning of the nineteenth century. Based on recent results, this work intends to explain the function of the slave trade in the Atlantic, in the physics reproduction of the slave from this region. What's more, the reflections explained in this article, want in the limit of ours searches, contribute for discussions that almost thirty years ago has been repeated in the principles academy, not only in Minas Gerais, but in Brazil, it doesn't matter the way the slave population renovate in Minas along the nineteenth century.

Keywords: Zona da Mata mineira, slave demographic, slave trade

Área Temática: Brasil Império

Notas Introdutórias

Pelos idos do final da década de 1970 e início do decênio seguinte começava a ecoar pelos principais corredores das Universidades brasileiras a teoria crítica acerca da decadência socioeconômica de Minas Gerais a partir de 1760¹, ano este considerado como ponto de partida da queda definitiva da produção dos veios auríferos. Maria Yedda Linhares (LINHARES, 1979); Alcir Lenharo (LENHARO, 1993) e Roberto Borges Martins (MARTINS, 1980) estavam entre os estudiosos que quebrariam o paradigma da decadência mineira. Seus trabalhos trouxeram novas perspectivas ao demonstrarem que a economia de

¹ Pesquisadores clássicos como Roberto Simonsen (SIMONSEN, 1977); Caio Prado Júnior (PRADO JUNIOR, 2006) e Celso Furtado (FURTADO, 1982) estavam entre os principais divulgadores da ideia de crise da economia de Minas Gerais após o definhamento da produção aurífera.

Minas – e também do Centro-Sul brasileiro – esteve bastante aquecida, mesmo com o término do auge da extração de metais preciosos.

Dentre os três autores citados acima, Roberto Borges Martins divulgou um dos estudos mais importantes e ousados da historiografia mineira acerca da economia escravista de Minas Gerais no século XIX (MARTINS, 1996). Em linhas gerais, Martins demonstrou – por meio de estimativas baseadas em dados dos sobreviventes intercensitários – que Minas teria sido umas das principais importadoras de mão-de-obra escrava ao longo do oitocentos, sendo, por sua vez, dona do maior contingente escravo do Brasil neste período.² Deste modo, segundo o autor, uma região onde sua economia consegue absorver tantos escravos não poderia estar passando por uma crise generalizada.

Estas e outras ponderações receberam diversas críticas no meio acadêmico, resultando, por sua vez, no surgimento de acalorados debates.³ Francisco Vidal Luna e Wilson Cano estão entre os historiadores céticos em relação às teorias de Roberto Martins (LUNA e CANO, 1983). Basicamente, pode-se dizer que estes autores não acreditavam que a imensa população escrava existente em Minas no século XIX teria sido fruto das maciças importações de escravos. A partir de resultados de outros pesquisadores, Luna e Cano buscaram demonstrar que a situação socioeconômica de Minas após a derrocada do ouro teria criado condições favoráveis para a “produção de escravos”, fato este que Martins teria subestimado em suas explanações. Sendo assim, para Luna e Cano a reprodução natural seria o principal responsável pela reiteração física dos plantéis mineiros no século XIX e não o tráfico de escravos.

A teoria destes autores ganhou ampla adesão na historiografia mineira, principalmente entre importantes estudiosos como Douglas Cole Libby e Laird Bergad que desenvolveram profundas pesquisas sobre a forma pela qual a população escrava de Minas se reiterou ao longo dos séculos.⁴ Dentre estes últimos, Bergad foi quem se apresentou de forma categórica em relação à teoria corrente. A partir de uma vasta pesquisa realizada com fontes censitárias e cartorárias (sobretudo com *inventários post-mortem*), o autor procurou demonstrar ao longo de todo a sua pesquisa que “*o impressionante aumento demográfico dos escravos de Minas Gerais durante o século 19 resultou em grande parte da reprodução natural, e não da*

² Martins estima que nas sete primeiras décadas a província mineira teria importado, em termos líquidos, mais de quatro mil escravos por ano. (MARTINS, 1996, p. 99).

³ Roberto Martins travou como Robert Slenes (SLENES, 1985) um dos debates mais acirrados e famosos da historiografia mineira ao longo da década de 1980, amplamente conhecido e discutido nos dias de hoje, nos dispensando, portanto, de maiores detalhes.

⁴ No tocante ao trabalho de Cole Libby, o autor não se preocupou, especificamente, em mensurar a importância do tráfico ou da reprodução natural e sim buscar uma relação de complementaridade entre ambas na formação socioeconômica de Minas ao longo dos oitocentos. (LIBBY, 1988).

importação da África por meio do comércio escravagista” (BERGAD, 2004, p. 21). Sua convicção é tão forte nesta teoria que para o dito, não teria nenhum outro exemplo de qualquer sociedade escravagista de grande porte na América Latina e no Caribe onde este fenômeno tenha ocorrido.

Eis assim, a discussão teórica na qual o presente artigo se insere cujo objetivo é demonstrar, num primeiro momento, a crescente importância do tráfico atlântico de escravos na composição dos plantéis existentes na Zona da Mata mineira entre 1809 e 1830. Durante este período esta região esteve em processo de formação socioeconômica e, também, na vanguarda da implantação do café em Minas, se destacando a partir da segunda metade do oitocentos como a maior produtora deste artigo na província mineira (OLIVEIRA, 2005).⁵

Num segundo instante, nortearmos nossas ponderações em algumas famílias da Zona da Mata mineira que se lançaram no tráfico de escravos para Minas Gerais no período em destaque. Iremos revelar a atuação de alguns membros da futura elite cafeeira desta região junto a importantes negociantes de grosso trato da praça mercantil do Rio de Janeiro. Para além de análises estatísticas, tentaremos demonstrar nesta parte, ainda que sumariamente, como as relações que as principais famílias matense estabeleceram na praça carioca foram importantes não só para a reprodução física da escravaria de uma região em crescimento, como também para a própria implantação do café no território (PINHEIRO, 2007, pp. 118-147).

Para a viabilização dos objetivos da primeira parte do presente artigo, trabalhamos essencialmente com 173 inventários *post-mortem* localizados no Arquivo Histórico Municipal de Barbacena “Professor Altair José Savassi”. Para este escrito privilegamos informações acerca da demografia escrava, como nome, sexo, naturalidade, cor e etc. Tais registros possibilitaram a construção de uma análise em relação à transformação da população escrava da Mata mineira no decorrer da segunda e terceira década do século XIX.

Para a realização da segunda parte, este trabalho irá se valer, fundamentalmente, dos códices 421 e 424 do Arquivo Nacional, onde é possível encontrar para a capitania/província de Minas Gerais os passaportes e despachos de escravos emitidos pela Intendência de Polícia da Corte na primeira metade do século XIX. Juntamente com os códices 390 e 425, esta documentação foi recentemente digitalizada para um banco de dados sob a organização do

⁵ Obedecendo a classificação comumente utilizada pela historiografia da Zona da Mata, trabalharemos essencialmente com as localidades situadas na Zona da Mata sul (CARRARA, 1993, p. 33).

LIPHS (Laboratório de Pesquisa em História Social) da UFRJ e do financiamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).⁶

Além da utilização deste fundo documental para fins quantitativos, iremos recolher também registros de ordem qualitativa. Nesse sentido, com o cruzamento de alguns nomes de proprietários da Zona da Mata mineira, coligidos de inventários *post-mortem*, com as informações dos tropeiros no momento dos despachos (nome, abonador, vendedor e etc.) e além de alguns dados arrolados em fontes secundárias, seguimos as trajetórias dos principais indivíduos envolvidos no tráfico de escravos para Minas Gerais, tendo o nome como fio condutor (GINZBURG, 1991). Entretanto, devemos ressaltar que se trata de um estudo limitado, e isto se explica por dois motivos: 1) pela restrição do nosso universo ao circuito mercantil entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais e 2) pela falta de documentos que permitissem realizar um cerco maior dos personagens escolhidos. Portanto, utilizando as palavras de João Fragoso, estaremos aqui desenvolvendo no máximo uma micro história feia, tapuia, diferente da conhecida micro história italiana (FRAGOSO, 2002, pp.62-63).

Portanto, diante de todo o cenário apresentado, este trabalho pretende vir a contribuir para a ideia na qual o tráfico de escravos teria atuado como principal veículo na renovação física da força de trabalho da Zona da Mata, não subestimando, entretanto, a existência da reprodução natural na composição física nos plantéis da região.

Entre africanos e crioulos: transformações demográficas na população escrava

Realizada as apresentações necessárias, preocupar-se-á neste momento com o estudo da estrutura demográfica do contingente escravo do território em foco. Antes, porém, realizaremos uma síntese profícua de dados concernentes à população da província de Minas Gerais no oitocentos, como também, efetuar uma exposição sumária de registros acerca da Comarca do Rio das Mortes e do Termo de Barbacena, território cuja jurisdição a Zona da Mata esteve subordinada nos primeiros decênios do século XIX.

Conforme o mapa de população desenvolvido pelo Barão de Eschwege,⁷ a população de Minas Gerais em 1821 era de 514.107 habitantes, dos quais os cativos eram responsáveis por

⁶ João Fragoso e Roberto Ferreira foram os principais responsáveis pela elaboração do banco de dados do IPEA, além de apontarem as metodologias possíveis destas fontes (FRAGOSO e FERREIRA, 2001).

⁷ Este e outro mapa desenvolvido por Luís Maria da Silva Pinto, estão publicados no trabalho de Raimundo José da Cunha Matos. (CUNHA MATOS, 1981, pp. 54-64). Sobre os mapas de população existentes em Minas Gerais os trabalhos de Laird Bergad (BERGAD, 2004) e Clotilde Andrade Paiva (PAIVA, 1996) são referências.

um pouco mais de um terço (35,3%) deste total.⁸ A comarca do Rio das Mortes detinha a maior população da província, onde 41,5% ou 213.617 dos habitantes estavam situados nesta região, já o contingente cativo era de 84.995 pessoas, competindo aos pretos à proporção de 90,2% e aos mulatos, obviamente, os 9,8% restantes.

Reduzindo a escala, as estatísticas de Silva Pinto mostram que o Termo de Barbacena no ano de 1820 possuía uma população de 21.324 pessoas, cujos escravos contribuíam com 39% deste montante ou ainda 8.334 almas, destes 93,2% eram pretos (CUNHA MATOS, 1981, p. 59).

Embora estes registros apresentem dados significativos, percebe-se que quando nos referimos aos escravos não nos valem de definições – normalmente utilizadas pela historiografia brasileira (BERGAD, 2004) – para diferenciar o escravo nascido no Brasil (crioulo) do africano. Eis um problema dos mapas de população apresentados. Segundo Mary Karasch, expressões como “pardo”, “cabra” e “mulato” são associados normalmente aos crioulos pelo fato de serem de “nações brasileiras”, embora mantivessem identidades e comunidades tão distintas uma das outras quanto às nações africanas. Já o termo “preto”, embora fosse usado com maior probabilidade em relação aos africanos, não necessariamente estava vinculado somente aos mesmos, mas ocasionalmente aos negros nascidos no Brasil (KARASCH, 2000, p.37).

Não levando em consideração este detalhe importante poderíamos nos encontrar diante de um cadafalso, pois a associação do preto ao africano nos levaria a acreditar numa representatividade de 93,2% para os escravos estrangeiros residentes no Termo de Barbacena, o que seria uma proporção altíssima. Sendo assim, os dados dos mapas expostos infelizmente não são seguros para avaliarmos a representatividade dos crioulos e africanos na população escrava do território mineiro.⁹ Não obstante, estes números permitiram a construção de um panorama geral no qual a Zona da Mata mineira esteve inserida e onde os cativos, tanto na província como na comarca e no termo, representavam uma parcela expressiva da população mineira.

Em face deste cenário, passemos, então, a tecer análises sobre as características demográficas de 1734 cativos arrolados nos inventários *post-mortem*. A ideia é buscar uma apreensão sistemática evolutiva de sua população escrava ao longo das primeiras décadas do

⁸ O número total de escravos calculado pelo Barão é de 181.881 almas, sendo os pretos a imensa maioria, com 160.005 pessoas (87,9%) e os mulatos compondo apenas os 21.876 restantes (12,1%). (CUNHA MATOS, 1981, p.55)

⁹ Os problemas metodológicos inerentes aos mapas de população foram amplamente discutidos pela historiografia mineira, o que nos dispensa, portanto, de maiores detalhes. Para comentários acerca dos percalços existentes neste tipo de documento vejam, principalmente, Douglas Cole Libby (LIBBY, 1988).

século XIX, em outras palavras, a intenção é procurar perceber a tendência da estrutura demográfica dos cativos. A partir disto, será possível termos uma dimensão da forma pela qual a Zona da Mata reiterou os plantéis de suas unidades produtivas e, sobretudo, se o tráfico de escravos para Minas Gerais teria atuado como um importante veículo condutor desta renovação.

Os motivos instigantes os quais nos levam a pensar no papel do comércio de escravos na reiteração da escravidão na Zona da Mata mineira, entre 1809 e 1830, podem ser resumidos em dois pontos, a saber: 1) Trata-se de um período incomum de desembarques de africanos no Brasil – mais precisamente no Rio de Janeiro – que teria sido estimulado, em grande parte, pela abertura dos portos em 1810 e pelo processo de extinção do tráfico Atlântico na década de 1820, onde se registrou um despejo anual de cerca de 29.000 almas, em média! (FLORENTINO, 1997, p. 51) e 2) A província de Minas Gerais esteve intimamente envolvida neste processo, como é de conhecimento da historiografia mineira este território teria se destacado como uma das principais importadoras de escravos vendidos na praça mercantil carioca, absorvendo de 40% a 60% dos cativos remetidos deste local na segunda metade da década de 1820 (FLORENTINO, 1997, p. 38)¹⁰. Com isso, tentaremos perceber o envolvimento da região da Mata neste contexto. Um primeiro passo a ser dado nesse sentido é estudar a razão de masculinidade da escravaria do território em foco.

Conforme Stuart Schwartz, um dos efeitos do tráfico de escravos na estrutura demográfica de uma determinada população escrava é o desequilíbrio sexual a favor dos homens.¹¹ Sendo assim, torna-se fundamental começarmos nossas considerações pela a variação da razão de masculinidade da Zona da Mata, ilustrada na tabela 1.

De imediato, um dado no qual não se pode deixar passar em branco na dita tabela é o crescimento do contingente cativo inventariado da Zona da Mata. Ao longo da segunda e terceira décadas do século XIX a população escrava praticamente dobra, passando de 596 no período de 1809-1819 para 1138 almas na fase seguinte.

Dito isso, nota-se claramente na tabela um o predomínio dos homens em relação às mulheres, onde os primeiros correspondiam a 62,5% da mão-de-obra escrava entre 1809 e 1830. Por sua vez, este domínio dos cativos do sexo masculino se reflete na razão de masculinidade, cujo índice variou entre 160 e 170 no decorrer do segundo e terceiro decênio

¹⁰ Em dados pesquisados recentemente percebemos que na mesma época 32,6% a 61% dos escravos remetidos do Rio de Janeiro foram para Minas (PINHEIRO, 2007, p. 98).

¹¹ O autor trabalha esta ideia em relação à dependência da Bahia com o tráfico transatlântico de escravos. (SCHWARTZ, 1998, pp. 286-290).

do oitocentos, chegando a 166 quando levamos em conta o recorte temporal como um todo. Trata-se, portanto, de uma escravaria com um desequilíbrio significativo.

A título de comparação, Herbert Klein e Francisco Luna encontraram para o Vale do Paraíba paulista uma razão de 168 no ano de 1829. Vale destacar que, esta e outras regiões da província de São Paulo tiveram uma crescente incorporação de africanos na força de trabalho, impulsionada, conforme os autores, pelo crescimento da economia de exportação no início do século XIX, onde o açúcar e o café se destacavam como os principais produtos (LUNA e KLEIN, 2005, pp. 167-168).

Tabela 1: Variação da razão de Masculinidade entre os escravos inventariados da Zona da Mata, 1809-1830.

Período	Masculino		Feminino		Total		Razão
	#	%	#	%	#	%	
1809-1819	367	61,5	229	38,5	596	100	160
1820-1830	717	63,0	421	37,0	1138	100	170
1809-1830	1084	62,5	650	37,5	1734	100	166

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS.

Diante desses dados, como é possível, então, explicarmos o desequilíbrio sexual verificado na escravaria da Zona da Mata? Analisando a razão de masculinidade segundo a naturalidade do escravo (tabelas 1.1 e 1.2), quiçá, poderemos lançar uma luz acerca desta questão.

Manolo Florentino ao estudar a demografia cativa no campo fluminense – região com forte dependência do tráfico Atlântico – constatou que as razões de masculinidade entre os africanos tendiam a serem altíssimas. Tomando por base o intervalo de 1810-12 e 1830-32, a superioridade numérica dos homens sobre as mulheres variava numa proporção de 220/100 a 330/100 (FLORENTINO, 1997, p. 58).

Na tabela 1.1 a razão de masculinidade entre os africanos residentes na região da Mata enquadra-se no perfil encontrado por Florentino, com uma variação de 349 a 351 no decorrer do segundo e terceiro decênio do século XIX. Em compensação, o contingente crioulo demonstrou-se muito menos desequilibrado do ponto de vista sexual. De maneira contundente, a constante razão de 105 expressa ao longo de todo o período, exposto na tabela 1.2, indica uma escravaria crioula praticamente equilibrada, o que não causa espanto, pois, segundo Florentino, a razão ente estes escravos jamais foi além de 120/100 ou 1,2/1 nas primeiras décadas do século XIX (FLORENTINO, 1997, p. 58).

Assim como Florentino constatou para a área rural fluminense, os índices expostos demonstram claramente que foram os africanos os protagonistas pelo desequilíbrio sexual a favor dos homens na Zona da Mata mineira.

Tabela 1.1: Variação da razão de Masculinidade entre os escravos africanos inventariados da Zona da Mata, 1809-1830.

Período	Masculino		Feminino		Total		Razão
	#	%	#	%	#	%	
1809-1819	178	77,7	51	22,3	229	100	349
1820-1830	380	77,8	108	22,2	488	100	351
1809-1830	558	77,8	159	22,2	717	100	350

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS.

Tabela 1.2: Variação da razão de Masculinidade entre os escravos crioulos inventariados da Zona da Mata, 1809-1830.

Período	Masculino		Feminino		Total		Razão
	#	%	#	%	#	%	
1809-1819	181	51,4	171	48,6	352	100	105
1820-1830	329	51,4	311	48,6	640	100	105
1809-1830	510	51,4	482	48,6	992	100	105

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS.

Todavia, é fundamental desbravarmos um pouco mais as estatísticas expostas, dessa forma, evitar-se-á formulações de conclusões precipitadas acerca da estrutura populacional cativa da Zona da Mata. Com isso, iremos comparar o quadro até o momento apresentado com outras localidades.

Laird Bergad, a partir do levantamento de inventários, encontrou uma razão de masculinidade para a Capitania de Minas Gerais oscilando entre 167 e 168 nos anos de 1805-1809 e 1820-1824, similar, portanto, a variação (de 160 a 170) encontrada para a região da Mata entre os anos de 1809 e 1830 (BERGAD, 2004, p. 213).

No tocante à província fluminense, Florentino e Góes calculam a taxa de masculinidade – também por meio de inventários – em três momentos distintos, quais sejam: o primeiro (1790-1807), designado pelos autores de fase B do mercado, que expressa a fase de estabilidade dos desembarques de africanos no porto carioca; o segundo (1810-1825), chamado de fase A, referente ao momento de aceleração da oferta de mão-de-obra e o terceiro intervalo, denominado como o período de crise, situados entre os anos de 1826 e 1830 (FLORETINO e GÓES, 1997, p. 49).

Levando em conta os dois últimos intervalos, os autores encontraram uma taxa de masculinidade, entre os africanos, de 72,3% durante a aceleração da oferta e de 65,7% no período de crise. Na Zona da Mata mineira, a taxa é de 77,7% entre 1809 e 1819, mantendo-se constante na década subsequente (77,8%). Estes índices nos mostram, por um lado, uma taxa semelhante em relação ao Rio de Janeiro no período de aceleração de oferta e, por outro lado, a manutenção deste índice para a região da Mata mesmo num momento de crise, ao contrário do território fluminense, onde se constatou uma queda na taxa de masculinidade entre os africanos.

No caso da Bahia, Stuart Schwartz revelou uma razão de masculinidade entre os escravos de 226 na fase de 1790-1827. Embora exista uma diferença substancial em relação ao território da Mata (166), o índice entre os africanos baianos (285) é menor comparado aos africanos matenses (350) (SCHWARTZ, 1998, p. 290).

Não obstante, a estrutura demográfica dos cativos inventariados, do ponto de vista sexual, apresentou uma tendência semelhante se cotejada a regiões fortemente vinculadas ao tráfico Atlântico, ou seja, um predomínio elevado dos homens sobre as mulheres no qual se agravava ainda mais entre os africanos. Fato este, não observado, por exemplo, em regiões com menor acesso ao mercado de escravos, é o caso de Sergipe de El-Rey na fronteira norte da Bahia. Segundo Schwartz, esta região apresentava uma baixa razão de masculinidade (119 entre todos os escravos e 145 entre os africanos), influenciada, sobretudo, pela alta proporção de escravos nascidos no Brasil (SCHWARTZ, 1998, p. 290).

Assim sendo, o quadro esboçado até este instante começa a demonstrar vestígios incipientes da atuação do tráfico de escravos na reiteração dos plantéis da Zona da Mata mineira, porém, é necessário cautela, ou ainda, analisar a razão de masculinidade não é suficiente para se constatar uma participação efetiva desta prática mercantil.

Em vista destas ponderações, dar-se-á continuidade as metas propostas no presente trabalho. Para isso, observaremos agora a estrutura etária do contingente cativo na região da Mata mineira (Tabela 2).

Outra influência determinante da empresa escravista no perfil demográfico dos cativos é a superioridade numérica dos adultos sobre os infantes e os idosos (GORENDER, 1990). Na tabela 2 é possível notar que a população economicamente ativa (15-40 anos) compreendia mais da metade dos mancipios entre os anos de 1809 e 1830 (53,4%), os infantes (0-14 anos) representavam quase um terço da força de trabalho e os idosos, somente, 14,4%. Considerando somente os homens, a hegemonia adulta era mais acentuada (56,4%) em relação às demais faixas etárias, o mesmo não se pode constatar sobre as mulheres, onde

apesar da predominância das adultas, estas contribuíam com menos da metade da mão-de-obra escrava feminina. Um dado interessante é a expressiva representatividade dos infantes do sexo feminino (39,7%), demonstrando, assim, que entre as mulheres o abismo entre este grupo etário e os adultos não é tão profundo se comparado aos homens. Com o auxílio de outros registros, doravante, iremos desenvolver melhor este raciocínio.

Tabela 2: Distribuição, por idade e sexo, dos cativos inventariados da Zona da Mata, 1809-1830

Faixa Etária	Número de Homens	%	Número de Mulheres	%	Taxa de Masculinidade	Total de escravos	%
Infantes (0-14)	296	27,7	252	39,7	54,0	548	32,2
Adultos (15-40)	596	56,0	313	49,3	65,5	909	53,4
Idosos (+ de 40)	174	16,3	69	11,0	71,6	243	14,4
Total	1066	100,0	634	100,0	62,7	1700	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS.

Se analisarmos no decorrer da segunda e terceira década do século XIX (tabelas 2.1 e 2.2) notar-se-á que o perfil apresentado no quadro anterior pouco se alterou, isto é, os adultos continuam como a principal força, mantendo-se um pouco mais da metade tanto no período de 1809-1819 (53%) quanto na fase seguinte (53,7%). Quantitativamente, a mudança mais expressiva se observa nos escravos adultos e nas inocentes, ambos, mais do que dobraram entre uma década e outra. Enquanto os primeiros passaram de 187 almas para 409 (um crescimento de 218%!), as escravas entre zero e quatorze anos aumentaram de 83 para 169 almas, ou ainda, tiveram um crescimento de 203%.

Tabela 2.1: Distribuição, por idade e sexo, dos cativos inventariados da Zona da Mata, 1809-1819

Faixa Etária	Número de Homens	%	Número de Mulheres	%	Taxa de Masculinidade	Total de escravos	%
Infantes (0-14)	101	28,2	83	37,8	54,8	184	32,0
Adultos (15-40)	187	52,3	118	53,8	61,3	305	53,0
Idosos (+ de 40)	69	19,5	18	8,4	79,3	87	15,0
Total	357	100,0	219	100,0	62,0	576	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS.

Tabela 2.2: Distribuição, por idade e sexo, dos cativos inventariados da Zona da Mata, 1820-1830

Faixa Etária	Número de Homens	%	Número de Mulheres	%	Taxa de Masculinidade	Total de escravos	%
Infantes (0-14)	195	27,5	169	40,7	53,5	364	32,3
Adultos (15-40)	409	57,6	195	47,0	67,7	604	53,7
Idosos (+ de 40)	105	14,9	51	12,3	67,3	156	14,0
Total	709	100,0	415	100,0	63,0	1124	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS.

Deste modo, o perfil demográfico constatado entre os cativos, até este momento, mostra o predomínio dos homens em idade adulta (15-40 anos). Porém, é necessário desenvolvermos também um estudo da distribuição dos africanos e crioulos nas propriedades da Mata mineira. Eis um caminho no qual poderemos, possivelmente, apresentar um quadro mais completo e decisivo da escravaria inventaria desta região e onde, também, será possível perceber mais atentamente seu envolvimento no tráfico de almas cativas.

Na tabela 3, estão dispostos os escravos conforme a naturalidade, o que nos possibilita obter a variação da razão de africanidade entre os anos de 1809 e 1830. De imediato, se nota a predominância dos crioulos sobre os africanos (58% contra 42%), na qual acabou resultando numa razão muito baixa, 72,2. Embora o contingente africano tenha crescido em relação ao crioulo, e por sua vez, tenha registrado uma elevação do índice (65 para 76,2) entre a segunda

e terceira década do oitocentos, os nascidos no Brasil continuaram compondo a maioria da escravaria residente na Mata mineira.

Tabela 3: Variação da razão de africanidade entre os escravos inventariados da Zona da Mata, 1809-1830

Período	Africanos		Crioulos		Total		Razão
	#	%	#	%	#	%	
1809-1819	229	39,5	352	60,5	581	100	65
1820-1830	488	43,3	640	56,7	1128	100	76,2
1809-1830	717	42,0	992	58,0	1709	100	72,2

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS.

Tendo em vista a demonstração anterior em relação ao predomínio dos cativos do sexo masculino em idade adulta, como poderíamos apreender, então, uma variação muito baixa da razão de africanidade? Tendo como alicerce somente os índices acima poderíamos dizer simplesmente que o tráfico de escravos pouco atuou na Zona da Mata mineira, nos conduzindo, portanto, a ideia da reprodução natural enquanto condutor hegemônico da renovação dos plantéis de Minas Gerais, teoria que Laird Bergad defende (BERGARD, 2004).

Porém, acreditamos num cenário bem mais complexo ao que foi constatado num primeiro momento, até mesmo por que os registros acima demonstram um crescimento quantitativo mais acelerado entre os africanos, dito de outro modo, enquanto estes últimos tiveram um aumento de 213% os crioulos cresceram 181% no decorrer da segunda e terceira década do século XIX. Com isso, os dados da tabela três não são confiáveis para responder a nossa questão e acima de tudo, poucos contribuem para uma apreensão mais concreta acerca do perfil demográfico dos escravos da Mata mineira.

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma análise sobre a variação da razão de africanidade conforme o sexo (tabela 3.1) poderá nos subsidiar na obtenção de um panorama distinto e amplo em relação ao que foi exposto anteriormente.

Para os cativos do sexo masculino, encontramos uma razão de africanidade de 109 no período de 1809-1830, variando de 98,3 a 115 da segunda para terceira década. Entre as mulheres se percebe, no geral, uma razão extremamente baixa (33), como uma variação muito pequena entre um decênio e outro (de 29,8 para 34,7). Fato natural tendo em vista a lógica demográfica das empresas escravistas, onde o africano do sexo masculino é o mais cobiçado no mercado atlântico, o que explica, desta maneira, a pequena presença de mulheres africanas nas propriedades (FLORENTINO, 1997, pp. 59-60).

Apesar de relativamente baixa – em regiões como a Bahia o índice encontrado foi de 216 para os anos de 1790 e 1827 (SCHWARTZ, 1998, p. 290) – a razão de africanidade entre os homens demonstra uma situação mais compreensível em relação ao que foi anunciado anteriormente. Mais do que isto, a evolução dos africanos foi a mais substancial não só em relação aos crioulos, mas também em relação às africanas e crioulas, passando de 49,6% no período de 1809-1819 para 53,6% no momento seguinte.

Quantitativamente, podemos dizer que foi entre os africanos onde se registrou o maior crescimento entre uma década e outra (213%), enquanto os crioulos, as crioulas e as africanas cresceram respectivamente 181,7%, 181,1% e 211%. Assim, no período de 1809-1830 encontramos para a Zona da Mata um total de 558 africanos, 510 crioulos, 159 africanas e 482 crioulas.

Tabela 3.1: Variação da razão de africanidade, por sexo, dos escravos inventariados da Zona da Mata, 1809-1830

Período	Homens						Mulheres						Razão	
	Africanos		Crioulos		Total		Africanos		Crioulos		Total		(a)	(b)
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
1809-1819	178	49,6	181	50,4	359	100,0	51	23,0	171	77,0	222	100,0	98,3	29,8
1820-1830	380	53,6	329	46,4	709	100,0	108	25,8	311	74,2	419	100,0	115	34,7
Total (1809-1830)	558	52,2	510	47,8	1068	100,0	159	24,9	482	75,1	641	100,0	109	33,0

Obs.: (a) Razão de africanidade entre os homens

(b) Razão de africanidade entre as mulheres

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS.

Apesar da expressiva constatação acerca do crescimento da população africana do sexo masculino, nossos resultados ainda carecem de sistematizações mais contundentes. Para tanto, elaboramos a tabela 3.2, onde é possível estudar a razão de africanidade conforme o sexo e a faixa etária dos cativos. A partir da adoção desta metodologia acreditamos na possibilidade de obter respostas significativas.

De imediato podemos perceber a alta razão de africanidade entre os cativos do sexo masculino em idade adulta (208), dito de outro modo, o escravo economicamente ativo de origem africana representava 67,5% da força de trabalho masculina nas propriedades da Zona da Mata entre os anos de 1809 e 1830. Além disso, os africanos adultos eram, quantitativamente, o grupo majoritário entre os escravos, com 400 almas, sendo seguido de longe pelos crioulos e crioulas infantis (262 e 245 respectivamente).

Tabela 3.2: Razão de africanidade, por sexo e faixa etária, dos escravos inventariados da Zona da Mata, 1809-1830

Faixa etária	Homens						Mulheres						Razão	
	Africanos		Crioulos		Total		Africanos		Crioulos		Total		(a)	(b)
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
Infantes (0-14)	31	10,6	262	89,4	293	100,0	6	2,4	245	97,6	251	100,0	12,0	2,4
Adultos (15-40)	400	67,5	192	32,5	592	100,0	120	38,9	189	61,1	309	100,0	208	63
Idosos (+ de 40)	118	70,2	50	29,8	168	100,0	27	40,9	39	59,1	66	100,0	236	69
Total	549	52,1	504	47,9	1053	100,0	153	24,5	473	75,5	626	100,0	109	32

Obs.: (a) Razão de africanidade entre os homens

(b) Razão de africanidade entre as mulheres

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS.

As tabelas 3.3 e 3.4 nos permitem verificar a evolução do quadro esboçado anteriormente. Para ser mais específico, estamos diante de um crescimento da população africana adulta na qual resultou na elevada variação da razão de africanidade entre a segunda e a terceira década do século XIX (de 181 para 222) e um incremento de 233% (de 120 para 280 almas), bem superior se comparado ao aumento registrado nos crioulos infantes do sexo feminino e masculino, 198% e 191% respectivamente.

Tabela 3.3: Razão de africanidade, por sexo e faixa etária, dos escravos inventariados da Zona da Mata, 1809-1819

Faixa etária	Homens						Mulheres						Razão	
	Africanos		Crioulos		Total		Africanos		Crioulos		Total		(a)	(b)
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
Infantes (0-14)	9	9,0	90	91,0	99	100,0	0	-	82	100,0	82	100,0	10	0
Adultos (15-40)	120	64,5	66	35,5	186	100,0	39	34,3	75	65,7	114	100,0	181	52
Idosos (+ de 40)	45	68,0	21	32,0	66	100,0	8	47,0	9	53,0	17	100,0	214	88,8
Total	174	49,5	177	50,5	351	100,0	47	22,0	166	78,0	213	100,0	98,3	28,3

Obs.: (a) Razão de africanidade entre os homens

(b) Razão de africanidade entre as mulheres

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS

Tabela 3.4: Razão de africanidade, por sexo e faixa etária, dos escravos inventariados da Zona da Mata, 1820-1830

Faixa etária	Homens						Mulheres						Razão	
	Africanos		Crioulos		Total		Africanos		Crioulos		Total		(a)	(b)
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
Infantes (0-14)	22	11,4	172	88,6	194	100,0	6	3,6	163	96,4	169	100,0	12,7	3,6
Adultos (15-40)	280	69,0	126	31,0	406	100,0	81	41,6	114	58,4	195	100,0	222	71
Idosos (+ de 40)	73	71,5	29	28,5	102	100,0	19	38,8	30	61,2	49	100,0	251	63,3
Total	375	53,4	327	46,6	702	100,0	106	25,7	307	74,3	413	100,0	114	34,5

Obs.: (a) Razão de africanidade entre os homens

(b) Razão de africanidade entre as mulheres

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1º e 2º vara civil do AHMPAS.

Portanto, os resultados obtidos demonstram o quanto a baixa razão de africanidade verificada na tabela 3 encobre toda uma dinâmica demográfica complexa existente nos plantéis da Zona da Mata mineira. Tendo em vista estes fatos, podemos, então, buscar algumas respostas, ainda que provisórias, para a nossa indagação exposta anteriormente.

Primeiro, o fato de existir uma baixa razão de africanidade geral não necessariamente implica em uma influência restrita do tráfico de escravos na reiteração dos plantéis. Na Zona da Mata mineira entre 1809 e 1830, o escravo do sexo masculino, em idade adulta e de origem africana era a tônica nas propriedades desta região, ao contrário do cenário apresentado por Laird Bergad, onde os crioulos em idade útil (15-40 anos) – denominado como brasileiros pelo o autor – permaneceriam “*mais numerosos do que os africanos [adultos] em todas as décadas depois de 1790*” na província mineira (BERGAD, 2004, pp. 226-227).

Sendo assim, é pouco provável que a reprodução natural seja o condutor hegemônico responsável pela renovação dos escravos nas propriedades da região da Mata, como acredita Bergad ao defender de forma incisiva a reprodução endógena como renovador predominante da escravidão nas Minas Gerais oitocentista.

Segundo, a partir das ponderações desenvolvidas por Manolo Florentino e José Roberto Góes para a província do Rio de Janeiro, é possível obtermos uma explicação plausível para a ambiguidade entre a baixa razão de africanidade e o alto número de africanos adultos no território da Mata mineira. Entre os períodos de aceleração da oferta do tráfico (1810-1825) e de crise (1826-1830) os autores perceberam uma queda na taxa de africanidade nas grandes propriedades (acima de 20 cativos), e isto estava relacionado ao fato dos senhores de maior

cabedal investirem mais no tráfico interno de mulheres, em busca de uma “*maximização dos potenciais internos de auto reprodução de sua escravaria*” (FLORENTINO e GÓES, 1997, p.68). Para ser mais preciso, os mesmos defendem que a ameaça eminente da extinção do tráfico Atlântico acarretaria na perda de mulheres (africanas e crioulas) por parte das propriedades menores (1 a 9 escravos) para os grandes plantéis, entretanto, os africanos adultos continuavam sendo importados de forma intensa.

Mesmo não tendo desenvolvido uma análise da taxa de africanidade entre os pequenos e os grandes plantéis, é possível que a Zona da Mata entre a segunda e a terceira década do oitocentos tenha presenciado – salvo diferenças em relação a província fluminense – um mercado interno de mulheres cativas. Mais do que isto, em meio a esta conjuntura crítica do tráfico atlântico, os proprietários residentes nesta região talvez tivessem voltados para uma aquisição mais acentuada de escravas infantis, visando o potencial de sua fertilidade. Na tabela 3.3 e 3.4, podemos reparar que depois dos africanos adultos, o grupo de maior crescimento foi justamente o crioulo do sexo feminino na faixa etária de 0 a 14 anos.

Contudo, embora tenhamos certa descrença em relação à teoria categórica de Laird Bergad, não podemos subestimar a presença da reprodução endógena na Zona da Mata mineira, o número crescente de crioulos infantis do sexo masculino, indica que este fenômeno teve uma função importante, mesmo não sendo hegemônico. Com uma razão de dependência de 87¹², entre 1809 e 1830 (variando de 86 a 88 durante a segunda e terceira década), o contingente escravo da região matense possuía boas possibilidades de auto reprodução, já que, segundo Schwartz, a população cativa com uma razão variante entre 58 e 72 era incapaz de realizar tal feito.

Portanto, a teoria de Douglas Cole Libby acerca da relação complementar entre o tráfico de escravos e a reprodução natural na renovação da força de trabalho de Minas Gerais, quiçá, seja pertinente para o cenário apresentado na região da Mata mineira nos primeiros decênios do século XIX. Este fato pode ser explicado pelo forte crescimento de africanos adultos nos plantéis mineiros e, ao mesmo tempo, em um ritmo mais lento, uma presença importante de crioulos infantis na força de trabalho da região.

Além disso, vale dizer também que a substancial presença de africanos em idade adulta na Zona da Mata não necessariamente diminuía a capacidade de auto reprodução dos

¹² A razão de dependência, segundo Stuart Schwartz, é calculada dividindo pelo número de adultos em idade produtiva (15-44 anos) o número de indivíduos com menos de quinze anos e mais de 44 anos (Infantes + Idosos/ Adultos vezes 100). Quanto menor essa razão, maior a probabilidade de haver alta mortalidade entre os bebês e crianças e baixa expectativa de vida para os adultos, ou seja, menor é a capacidade de uma dada população cativa se auto reproduzir (SCHWARTZ, 1998, p. 296).

escravos, visto o aumento de crioulos infantis entre os escravos inventariados. Tal constatação contraria desta forma, o cenário encontrado por Herbert Klein e Francisco Luna no Vale do Paraíba paulista, onde a crescente incorporação de africanos teria enfraquecido a reprodução natural entre os cativos desta região (LUNA e KLEIN, 2005, p. 169).

A formação de uma elite: a ligação das famílias da Zona da Mata com tráfico atlântico

Alcir Lenharo mostrou que na primeira metade do século XIX, os proprietários do Sul de Minas tinham suas próprias tropas e, em geral, faziam uso do trabalho dos seus filhos tropeiros. Com base nos relatos do viajante Saint-Hilaire, Lenharo constatou que as tropas mineiras constituíam uma extensão de suas bases familiares fundamentadas no trabalho dos filhos (LENHARO, 1993, p. 79).

Embora o cenário apresentado pelo autor esteja se referindo ao comércio de abastecimento entre esta região e o Rio de Janeiro, é possível, também, detectar no tráfico de escravos para Minas Gerais a atuação de membros da mesma família no início do século XIX. Dentro desta perspectiva, iremos, então, neste momento destacar alguns dos principais personagens de famílias tradicionais da Zona da Mata mineira que se lançaram nesta atividade mercantil e suas relações com importantes negociantes do Rio de Janeiro. Assim, tentaremos aqui lançar um olhar qualitativo e mais amplo sobre a atuação do tráfico atlântico na formação socioeconômica na região da Mata no início do oitocentos.

Na introdução deste trabalho destacamos que este estudo foi viabilizado por meio do cruzamento dos nomes de famílias registrados nos códigos 421 e 424 com os inventários *post-mortem* e referências bibliográficas. Ao mesmo tempo, é fundamental ressaltarmos aqui os limites desta pesquisa, pois, com já foi dito, não disponibilizamos de um conjunto de fontes para uma ampla reconstituição das articulações socioeconômicas dessas famílias ou de seus principais personagens. Na tabela 4, segue a relação das famílias e de seus integrantes envolvidos nas grandes remessas (acima de 20 escravos enviados por viagem)¹³ para Minas no período de 1809 a 1830.

Em primeira instância, percebe-se que foi nas famílias Ferreira Armond e Leite Ribeiro onde identificamos o maior número de membros participando dos despachos acima de 20

¹³ Este critério foi utilizado para desvendar os principais negociantes de escravos no périplo entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais nos primeiros decênios do século XIX (PINHEIRO, 2007, pp. 134-141). Conforme Manolo Florentino, 20 escravos é um número suficiente para a montagem de uma grande propriedade (FLORENTINO, 1997, p. 29).

escravos no Rio de Janeiro, enquanto a primeira família negociou 917 escravos a segunda realizou a operação de 668 almas. Em seguida, temos a família Monteiro de Barros que negociou 567 cativos e por fim, as famílias Silva Pinto e Dias Tostes, as quais foram responsáveis pelo envio de 99 e 96 escravos respectivamente.

De maneira geral, sabemos que os membros destas famílias se instalaram na Zona da Mata mineira no início do século XIX em diferentes municípios. Francisco Leite Ribeiro, por exemplo, se fixou junto com seu irmão Custódio Leite Ribeiro, Barão de Aiuruoca, em Mar de Espanha, localizada na porção sul da região em foco. Já os Tostes e os Ferreira Armond ocuparam as terras de Santo Antônio do Paraibuna (atual Juiz de Fora) na mesma época, enquanto os Monteiro de Barros, se estabeleceram em Leopoldina (CARRARA, 1993, pp. 35-36). Todas estas famílias vieram do Termo de São João Del Rei (Leite Ribeiro, Silva Pinto e Monteiro de Barros) e do Termo de Barbacena (Ferreira Armond e Dias Tostes) (OLIVEIRA, 2005, p. 273). Embora estes grupos familiares tenham se estabelecido em locais diferentes, todos ocuparam as terras da Zona da Mata da mesma forma, ou seja, por meio de doações de sesmarias, nas quais foram transformadas em latifúndios e onde a cafeicultura predominava (CARRARA, 1993, p. 36).

Tabela 4: Relação das famílias da Zona da Mata e seus integrantes no tráfico de escravos para Minas Gerais (remessas acima de 20 cativos), 1809-1830

Famílias	Números de escravos negociados
Família Ferreira Armond	917
Marcelino José Ferreira Armond	337
Honório José Ferreira Armond	195
Simplício José Ferreira Armond	133
Mariano José Ferreira Armond	83
Lino José Ferreira Armond	70
Joaquim José Ferreira Armond	60
Antônio José Ferreira Armond	39
Família Leite Ribeiro	668
Antônio Leite Ribeiro	187
Floriano Leite Ribeiro	177
Francisco Leite Ribeiro	157
Luciano Leite Ribeiro	147
Família Monteiro de Barros	567
Romualdo José Monteiro de Barros	289
José Joaquim Monteiro de Barros	278
Silva Pinto	99
José Antônio da Silva Pinto (Barão de Ibertioga)	99
Família Dias Tostes	96
Antônio Dias Tostes	96

Fonte: Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA) e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit., pp. 273-274.

Na família Ferreira Armond, foi possível identificarmos que quase todos os membros ligados ao tráfico de escravos são compostos por irmãos. Marcelino, Simplício, Mariano, Lino, Joaquim e Antônio são filhos do Alferes Francisco Ferreira Armond e de Felizarda Maria Francisca de Assis. Além desses, Francisco deixou outros seis filhos quando de seu falecimento em 1814. Trata-se de uma família tradicional do Termo de Barbacena que neste ano residia na fazenda denominada Moinhos.¹⁴ Em 1827, identificamos Marcelino Armond residindo na Freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato – localidade situada na Zona da Mata Sul – quando da morte de sua esposa Ana Joaquina da Silva.¹⁵

No tráfico para Minas Gerais, além de ser o membro da família com maior número de escravos comercializados na praça carioca (337), Marcelino estava entre os principais negociantes nas grandes remessas de escravos, destacando-se, assim, como um personagem importante neste fluxo mercantil nos primeiros decênios do século XIX (PINHEIRO, 2007, p. 136).

Envolvido desde 1816 nos grandes despachos, negociou a compra de escravos em duas oportunidades com Antônio José Moreira Pinto, uma em 1828, quando adquiriu 62 cativos e a outra em 1829, na aquisição de 70 almas, ou seja, em dois anos, Moreira Pinto vendeu 132 escravos para Marcelino.¹⁶ Para se ter uma ideia, Antônio José era um importante negociante de grosso trato estabelecido no Rio de Janeiro e estava ligado ao tráfico Atlântico (FLORENTINO, 1997, p. 256), sobressaindo-se, por sua vez, como um dos maiores vendedores de escravos na praça carioca (FRAGOSO e FERREIRA, 2001, pp. 60-65). Não por acaso, assim como Marcelino, Moreira Pinto estava entre os maiores negociantes do tráfico para Minas (PINHEIRO, 2007, p. 136).

O mais interessante dessas relações é o fato de Antônio José Moreira Pinto não ter negociados escravos somente com Marcelino, mas com os outros componentes dos Ferreira Armond. Em 12 dezembro de 1826, o dito afiançou Simplício no despacho de 93 escravos para Minas,¹⁷ dois anos depois também abonou Honório na remessa de 35 almas,¹⁸ em 1829 vendeu 60 cativos para Joaquim José¹⁹ e no ano de 1830 vendeu mais 38 para Lino José.²⁰ Temos, então, uma constatare conexão mercantil entre os Ferreira Armond e Antônio José

¹⁴ Inventário *post-mortem* – AHMPAS - 2º vara civil - cx. 20 - ordem, 18.

¹⁵ Inventário *post-mortem* – AHMPAS - 2º vara civil - cx. 69 - ordem, 24.

¹⁶ Códice 424, v. 2, p. 266, s/r e Códice 424, v. 3, p. 118, s/r.

¹⁷ Códice 424, v. 1, p. 122, s/r.

¹⁸ Códice 424, v. 2, p. 129 s/r.

¹⁹ Códice 424, v. 3, p. 170 v s/r.

²⁰ Códice 424, v. 4, p. 120 s/r.

Moreira Pinto, ligação na qual contribuiu, provavelmente, para o papel de destaque desta família no tráfico de escravos para Minas Gerais no início do século XIX.

Na família Leite Ribeiro, um personagem ilustre que se destaca é o Comendador Francisco, natural de São João Del Rei e como já foi dito, residente em Mar de Espanha. Descendente de uma importante linhagem de fazendeiros, criadores e negociantes, Francisco Leite Ribeiro era proprietário de diversas sesmarias em seu nome e em nome de familiares seus. Todos os seus 12 filhos estiveram profundamente articulados às atividades de comercialização entre São João Del Rei e a Corte, como também à produção e, principalmente ao financiamento do café (OLIVEIRA, 2005, pp.87-88). Ao falecer em 1847, seu patrimônio acumulado foi, basicamente, de 225 escravos, 140 mil pés de café e 47 bestas de cargas, além do monte mor líquido de mais de mil contos de reis (Rs 1.087:024\$203) (CARRARA, 1993, p, 35). Francisco ao longo de sua vida demonstrou ser um empreendedor de múltiplos investimentos, no tráfico de escravos para Minas Gerais, especificamente, o identificamos em três ocasiões remetendo acima de 20 escravos nos anos de 1829 e 1830, neste período Francisco enviou para Minas 157 escravos.²¹ Dentre estes despachos, nos chama atenção sua negociação com Francisco Xavier Dias da Fonseca, onde este último lhe vendeu 80 escravos em março de 1830.²² Dias da Fonseca era um negociante de grosso trato que se destacava também como um dos maiores vendedores de escravos no Rio de Janeiro (FRAGOSO e FERREIRA, pp. 60-65), além de estar, também, entre os maiores negociantes do tráfico de escravos para Minas (PINHEIRO, 2007, p. 136).

Podemos destacar ainda, a negociação entre parentes desta família. Em maio de 1828, Luciano Leite Ribeiro e Companhia vendeu 50 escravos para Antônio Leite Ribeiro, cujo abonador foi Francisco Antônio da Gama.²³ Percebe-se neste fato, que as constantes empreitadas deste grupo familiar na praça mercantil carioca, talvez, levaram os integrantes da própria família a se estabelecerem no Rio de Janeiro – como é caso da companhia de Luciano – com intuito de fortalecer e expandir suas conexões mercantis, ou ainda, adquirir certa independência nos negócios, evitando, assim, a presença de atravessadores²⁴.

Sobre a família Monteiro de Barros sabemos que conseguiu a apropriação de um vasto patrimônio agrário em Leopoldina no ano de 1818, cuja distribuição foi facilitada pela presença de alguns de seus membros importantes nos cargos mais altos do governo da

²¹ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional.

²² Códice 424, v. 4, p. 72, s/r.

²³ Códice 424, v. 2, p. 229, s/r.

²⁴ Alcir Lenharo destaca a preferência dos proprietários por pessoas da mesma família na montagem de tropas para o comércio de abastecimento, evitando, portanto, a manipulação de intermediários nos preços finais dos produtos (LENHARO, 1993, p. 80).

capitania e depois província de Minas Gerais. Dentre eles está Romualdo José Monteiro de Barros, Barão de Paraopeba, membro da segunda Junta do Governo Provincial (CARRARA, 1993, pp. 36-37).

José Joaquim Monteiro de Barros, que em 1816 aparece no Rio de Janeiro registrado com o título de tenente,²⁵ também se beneficia destas concessões neste momento, sendo contemplado com uma sesmaria (CARRARA, 1993, pp. 36-37).

Por último, temos a família encabeçada por Antônio Dias Tostes, nome este herdado desde a geração de seu avô, um português natural da Ilha Terceira do bispado de Braga e que se estabeleceu em Santa Rita de Ibitipoca em 1745 (BASTOS, 2004, p. 129). Dias Tostes era um proprietário de terras e foi um dos primeiros a ocupar as fronteiras da Zona da Mata mineira. Fazia parte do grupo dos maiores credores da região e era detentor de enorme prestígio político (OLIVEIRA, 2005, p. 167). No Rio de Janeiro fez negócios com José Francisco de Mesquita e Constantino Dias Pinheiro, também traficante de escravos no périplo entre África e o Rio de Janeiro (FLORENTINO, 1997, p. 255).

No dia 18 de Janeiro de 1830, José Francisco de Mesquita, juntamente com Joaquim Antônio Rabelo, vendeu 20 escravos para Antônio Tostes.²⁶ Três dias depois Tostes comprou mais 20 cativos de Constantino Dias Pinheiro,²⁷ adquirindo outros 34 de Mesquita menos de três meses depois desta última operação.²⁸

Assim, em face do quadro esboçado, acreditamos ser digno de nota expor duas constatações: primeiro, as conexões mercantis entre as famílias de alta estirpe da Zona da Mata mineira e importantes negociantes de grosso trato da praça mercantil carioca contribui para o fortalecimento da concepção acerca da forte ligação da economia mineira com o tráfico Atlântico de escravos nos primeiros decênios do século XIX. Mais do que isto, reitera e amplia a nossa ideia sobre a importância deste trato mercantil na recomposição física dos plantéis da região da Mata, princípio este norteador deste trabalho.

Segundo, essas ligações mostram também a importância dos traficantes cariocas para as famílias mineiras que estão iniciando a montagem das “empresas” agroexportadoras.

Contudo, Mônica Ribeiro de Oliveira mostra que o processo de expansão e constituição da cafeicultura da Zona da Mata mineira não foi uma mera decorrência da ampliação da fronteira fluminense, ou seja, dentro de uma dinâmica própria a implantação do café nesta região não se deu nos moldes do processo registrado em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde

²⁵ Códice 421, v. 7, p. 179 v, r. 1028.

²⁶ Códice 424, v. 4, p. 27, s/r.

²⁷ Códice 424, v. 4, p. 28, s/r.

²⁸ Códice 424, v. 4, p. 114, s/r.

a mutação do capital mercantil em capital agrário, proveniente dos negociantes de grosso trato, foi a principal “*força motriz*” da cafeicultura da região do Vale fluminense (OLIVEIRA, 2005, p. 90). Enfim, para a autora, não se observou a presença de investimentos de agentes comerciais do Rio de Janeiro nas fazendas de café da Mata mineira: “*A origem das empresas cafeiras da Mata prendia-se a investimentos originários da economia mercantil de alimentos, provenientes não da Mata, mas de outras sub-regiões, tradicionalmente vinculadas ao abastecimento da Corte.*” (OLIVEIRA, 2005, p. 91)

Pois bem, tivemos a oportunidade de verificar que, quase todas as famílias pertencentes à futura elite cafeicultora da Zona da Mata²⁹ tiveram pelo menos um membro envolvido em grandes despachos de cativos (acima de 20 remessas) junto a importantes negociantes envolvidos no tráfico Atlântico de escravos. Portanto, por mais que se confirme a presença de capitais advindos de outras regiões mineiras no estabelecimento da cafeicultura da Mata, seria interessante não descartarmos, mesmo que de forma indireta, a presença de capitais da praça mercantil carioca neste processo.

Se considerarmos que: 1) muitas das operações observadas, provavelmente não se concretizaram com dinheiro sonante e 2) as relações de crédito deveriam ser fundamentais para aquisição de um grande número de escravos, principalmente, se levarmos em conta o fato do mercado colonial possuir uma precária capacidade de liquidez (FRAGOSO, 1998, p. 184), temos, portanto, a possibilidade de muitas dessas famílias terem iniciado a formação de seus plantéis – principal inversão de um proprietário na sociedade escravista – com o crédito fornecido por negociantes do Rio de Janeiro.

Considerações finais

Os resultados publicados neste artigo mostraram que o perfil do escravo residente na Zona da Mata mineira era, essencialmente, do sexo masculino, em idade adulta (15-40 anos) e de origem africana. Constatou-se também que o escravo com perfil ora apresentado obteve o maior crescimento (233%) em relação aos crioulos infantes (tanto do sexo masculino quanto do feminino) cujo crescimento também foi significativo (198% entre os meninos e 191% entre as meninas). Acrescente-se ainda o fato desta configuração apresentar uma tendência similar, salvo diferenças econômicas e sociais, se comparada às regiões do Rio de Janeiro, Bahia e até

²⁹ A listagem das principais famílias do núcleo agrário-cafeicultor da região está em (OLIVEIRA, 2005, p. 273).

mesmo São Paulo, cujas populações escravas foram, em sua grande maioria, formadas por intermédio do tráfico atlântico de escravos.

Para além destas estatísticas, demonstramos também a ligação de famílias do núcleo agrário-cafeicultor da Zona da Mata com importantes homens de negócios estabelecidos na praça mercantil do Rio de Janeiro. Revelamos que membros destas famílias adquiriram escravos, em quantidade substancial, com negociantes envolvidos no tráfico atlântico de escravos, demonstrando, assim, sob uma perspectiva mais ampla, a importância deste trato mercantil na formação dos plantéis da região da Mata mineira nas primeiras décadas do século XIX.

Em face deste cenário, nota-se, então, um dado interessante que vale a pena a ser destacado, qual seja: apesar de ter lançado mão do mesmo tipo de fonte e de metodologia que Laird Bergad, este artigo desenvolveu uma interpretação bem distinta. Indo direto aos fatos, nossos resultados mostraram que o tráfico atlântico de escravos atuou de forma intensa nos plantéis da Mata mineira entre 1809 e 1830, demonstrando, portanto, que a reprodução natural, embora esteja presente, não teria sido hegemônica e muito menos a única forma de reprodução física desta região.

Fontes e Bibliografia

Fontes Primárias

Inventários *post-mortem* da 1º e 2º vara civil do Arquivo Histórico Municipal de Barbacena Professor Altair Savassi (AHMPAS).

Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional (Disponível no banco de dados do IPEA, CD-ROM).

Livros, teses e fontes impressas.

ALMEIDA, Carla MARIA Carvalho. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Niterói: UFF, 1994 (dissertação de Mestrado).

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América portuguesa (1780-1822)*. Niterói: UFF, 2001 (tese de doutorado).

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *Slave Trade between Mozambique and the Port of Rio de Janeiro. c. 1790-c. 1850, Demographic, Social and Economic Aspects*, pp. 71-72. In: ZIMBA, Benigna; ALPERS, Edward e ISAACMAN, Allen (orgs.). *Slave Routes and Oral Tradition in Southeastern África*. Maputo, Mozambique: Filsom Entertainment, Lda., 2005.

FLORENTINO, Manolo (orgs.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despacho de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833*. Seminário de História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Ouro Preto: ANPUH-MG, 2001.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002.

KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação* (o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842). 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. v.2.

MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: Edusc ; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População economia nas Minas Gerais do século XIX*. e São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Doutorado).

PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007, pp. 97-100 (dissertação de mestrado inédita).

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico Atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador (c.1680 – c.1830)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005 (dissertação de mestrado inédita).

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.